



EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

DIREITO à DIVERSIDADE

CORRENTES TEÓRICAS E SUAS INFLUÊNCIAS NO PROCESSO EDUCACIONAL

Antônio J. Severino (1992) faz-nos lembrar que o processo educativo, *“desde o surgimento do homem, é prática fundamental da espécie, distinguindo o modo de ser cultural dos homens, do modo de ser natural dos animais”*.



Pensar e fazer a educação são tarefas indispensáveis. Além de “praticada”, a educação precisa ser “pensada”.

À teoria educacional cabe “pensar” a educação, mas tem também como missão subsidiar a prática.

- 📖 A relação entre teoria e prática deve ser indissociável.
- 📖 Não se trata, apenas, da apropriação das construções teóricas (as dos educadores, as dos filósofos, sociólogos, antropólogos etc.), mas de, ao colocá-las em prática, recriá-las, num verdadeiro processo de construção e aprimoramento teórico, a partir da própria prática.

ESTÁGIO ATUAL: PÓS-MODERNIDADE

- O mundo muda sem cessar
- Acelerado ritmo das transformações.
- O novo já nasce velho (sobre o valor atribuído ao tempo, à velocidade).
- Contexto materialista e mutável.



No contexto atual, a educação ganha papel de destaque porque se constitui na “mais humana” das práticas. Ela será tanto melhor quanto mais possibilitar ao homem o desenvolvimento de sua capacidade crítica e reflexiva em níveis tais que lhe garantam autonomia e independência, permitindo contemporizar providências que envolvem mudanças radicais e que exigem tempo para serem debatidas em sua natureza e em suas práticas.

“A educação tem importante papel no próprio processo de humanização do homem e de transformação social, embora não se preconize que, sozinha, a educação possa transformar a sociedade. Apontando para as possibilidades da educação, a teoria educacional visa à formação do homem integral, ao desenvolvimento de suas potencialidades, para torná-lo sujeito de sua própria história e não objeto dela”.

Gadotti (1995)

Breves comentários sobre as correntes históricas na área da educação

- ✚ Na antiguidade primitiva, a educação era voltada para o cotidiano, para a satisfação das necessidades. Era uma educação essencialmente prática, espontânea, calcada na imitação e na verbalização. Todos eram alunos e todos eram educadores; a educação era igual para todos.
- ✚ Na antiguidade clássica, o pensamento pedagógico grego destacou-se e, até hoje, é estudado e apontado como de singular avanço para a época, além de ser reconhecido por sua marcante influência posterior.

paideia

Na Grécia antiga, processo educativo ou processo que leva a educação.

- ❖ Formação do corpo e do espírito do homem.
- ❖ A educação era para os homens livres apenas.

✚ A Idade Média (idade das trevas): a cultura clássica cedeu espaço a uma nova ideologia inspirada no cristianismo. No século XIII, surgiram as primeiras universidades como centros do saber universal. A educação integral era para o clero e para a nobreza.



✚ O Renascimento caracterizou-se por marcantes descobertas, todas exercendo influências sobre as ideias pedagógicas: a invenção da bússola; as grandes navegações que possibilitaram ao homem ocupar maiores espaços geográficos, com os “descobrimentos”; a invenção da imprensa que permitiu a difusão do saber etc. Mas o acesso à educação permanecia um privilégio para o clero, para os nobres e para a burguesia emergente.

✚ Idade Moderna

- Ascensão de uma nova e poderosa classe que se opunha aos modelos vigentes.
- O homem, mais interessado pela natureza, desenvolveu estudos de astronomia, de matemática, ao lado da técnica, das artes, da medicina, biologia, dentre outras áreas de conhecimentos.
- A revolução francesa - ideias de igualdade, liberdade e fraternidade.
- Iluminismo - apego dos pensadores à racionalidade e às lutas em favor das liberdades individuais, contra o absolutismo do clero e da nobreza.
- A vez da burguesia.

TEORIA EDUCACIONAL DA IDADE MODERNA



- ❖ Revolucionária.
- ❖ Afirmava os direitos do indivíduo e se apoiava no humanismo igualitário, recomendando que o processo civilizatório deveria ser universal.
- ❖ Individualidade vista como outro ingrediente da leitura do homem no mundo.
- ❖ Cada ser humano, considerado como pessoa concreta e independente, deveria ser apto a pensar por si mesmo.
- ❖ Apologia à autonomia econômica.

A partir do séc. XIX, os ideais iluministas inspiraram os projetos positivistas e os socialistas que, embora tenham diferenças fundamentais quanto aos objetivos e quanto aos meios, têm a mesma origem.

- ▶ Ideais iluministas ▶ necessidades da burguesia.
- ▶ Os iluministas buscavam explicações racionais para todos os eventos da vida humana.
- ▶ Rompimento com a tradição religiosa e política.
- ▶ A razão era a única forma de se alcançar o conhecimento, a liberdade e a felicidade.
- ▶ Investimento na educação para alcançar todas as pessoas.



POSITIVISMO

- Otimismo pedagógico - atribuída à educação e à ciência a capacidade de renovar os costumes e reorganizar a sociedade.
- Somente pela educação, todos teriam as mesmas oportunidades, fazendo com que se diferenciasssem de acordo com suas aptidões pessoais, cada qual ocupando, na sociedade, o lugar que lhe fosse possível.
- A escola seria o espaço laico mais adequado ao estágio científico ou positivista que a humanidade tinha alcançado.
- Introdução da crítica no pensamento pedagógico.

O Positivismo na Educação

- ❖ O objetivo educacional positivista é modificar o mundo para adaptá-lo às necessidades humanas e aperfeiçoar o homem, utilizando-se da inteligência;
- ❖ A partir da inteligência, o homem poderia prever os acontecimentos e as modificações que devem ser neles introduzidos para que sejam obtidos determinados efeitos, ou seja, **saber para prever a fim de prover;**

- ☞ Do positivismo cabe ressaltar a influência, em 1930, que exerceu no movimento denominado Escola Nova. Este movimento foi impregnado pelas ideias de que a ciência poderia alavancar o progresso bem como de que, pela educação, seria possível a reconstrução social.
- ☞ O escolanovismo espalhou-se por muitas partes do mundo, valorizando a atividade espontânea da criança e colocando o aluno como o centro do processo educacional. O aprender fazendo, numa escola ativa, sintetiza a essência do pensamento escolanovista e perdura nas correntes teóricas mais recentes.

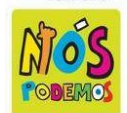


MOVIMENTO PEDAGÓGICO SOCIALISTA

- Originou-se nas camadas populares, na direção da verdadeira democratização do ensino e como oposição à concepção burguesa.
- A educação deveria ser única e eminentemente política.
- Pensadores (como Paulo Freire) observaram que a escola tanto poderia servir para a construção da cidadania como prática libertadora, como para as práticas de dominação, o que parece ser mais frequente.
- Influenciou a prática pedagógica, particularmente na questão das metodologias de ensino, tais como as inovações que levaram o rádio, a TV, o vídeo e o computador para a sala de aula.

No estágio pós-moderno, nem tanto otimismo, nem tantas incertezas e, sim, a assunção da atitude dialética que procura pontuar as macro e as microrrelações de poder entre a escola e a sociedade. E, sob esta análise, constata-se que a escola reproduz o status quo vigente, na medida em que alimenta os movimentos geradores da desigualdade social.

Nas correntes teóricas educacionais mais recentes, considerando a educação como ato pedagógico e também político, o traço mais marcante é a valorização da pessoa do educando como aprendiz e como ser histórico, político e social, isto é, como cidadão.



Conceito de Cidadania

- Cidadania é o exercício da conquista desses direitos e do cumprimento dos deveres. É um campo social e político em permanente construção, onde as pessoas participam como integrantes de uma colectividade.

➤ A proposta de educação inclusiva

- O movimento de não excluir está implícito nos ideais democráticos, aceitos e proclamados, universalmente.
- Mais consciência acerca de direitos humanos, embora a prática da proposta de educação inclusiva ainda não conte com o consenso e unanimidade, mesmo entre aqueles que defendem a ideia.
- Para garantir os esclarecimentos indispensáveis, faz-se urgente envolver os professores, as famílias e a comunidade nas discussões, pois há, ainda, muita confusão e incertezas a respeito.
- Resignificação das modalidades de atendimento da Educação Especial

- A resistência dos professores e de alguns pais é por eles explicada em razão da insegurança no trabalho educacional escolar a ser realizado nas classes regulares, com os alunos com deficiência.
- Familiares referem-se ao temor de que a inserção de seus filhos nessas classes não contribua, na intensidade desejada, para sua aprendizagem.
- Discordância acerca dos conceitos de inclusão / integração (processos interdependentes).

O paradigma da inclusão escolar não é específico para alunos com deficiência.

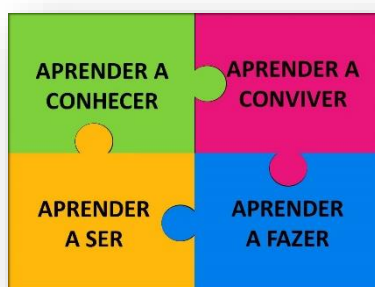
Todos têm direito à educação de qualidade.



Uma turma heterogênea serve como oportunidade para os próprios educandos conviverem com a diferença e desenvolverem os saudáveis sentimentos de solidariedade orgânica.



Com o desafio do trabalho na diversidade, os professores também se beneficiam, pois as tradicionais práticas pedagógicas centradas no ensino homogêneo, repetitivo e desinteressante passam a ser repensadas na direção dos quatro pilares para a educação do século XXI propostos pela UNESCO:



Segundo renomados defensores da proposta, os caminhos para escolas inclusivas passam pela (o):

- ☐ Valorização profissional dos professores;
- ☐ Aperfeiçoamento das escolas;
- ☐ Utilização dos professores das classes especiais como professores de métodos e recursos, atuando como consultores de apoio;
- ☐ Aperfeiçoamento do pessoal docente para que atue como suporte para as práticas inclusivas nas escolas;
- ☐ Trabalho em equipe;
- ☐ Adaptações curriculares capazes de assegurar o domínio das matérias curriculares, promovendo-se a igualdade de oportunidades para o sucesso educativo.

*“Dentro dessa perspectiva já surgem sistematizações teóricas novas que não aniquilam as experiências passadas no campo educacional, mas trazem um discurso novo, superando o “conteudismo e o politicismo”: é a criação de uma escola **oniforme** (não uniforme), crítica e participativa, autônoma, espaço de um sadio pluralismo de ideias onde o ensino não se confunde com o consumo de ideias. Essa escola única e popular não seria a escola padronizada e doutrinadora, como na concepção burguesa onde o objetivo era a disciplinação da classe trabalhadora e a formação de dirigentes da classe dominante. Essa escola busca o desenvolvimento onilateral de todas as potencialidades humanas, hoje possível graças a concorrência de muitos meios dentro e fora da escola, mas ainda possibilitado apenas a uma minoria”.*

(Gadotti)

É preciso que se entenda definitivamente que a proposta de educação inclusiva não foi concebida para determinados alunos apenas, pois é considerável a produção do fracasso escolar, excludente por sua própria natureza. A escola precisa melhorar para todos, indistintamente. Precisa se tornar oniforme!



➤ **A prática pedagógica que a proposta da educação inclusiva pressupõe**

- ✚ Escola - o espaço da alegria onde os alunos possam conviver, desenvolvendo sentimentos sadios em relação ao “outro”, a si mesmos e em relação ao conhecimento.
- ✚ Atividades em grupo - favorecem o processo educacional e dinamizam relações de cooperação.
- ✚ Professor - profissional da aprendizagem.
- ✚ Tecnologias educacionais - herança da Escola Nova.
- ✚ Esforço de todos.

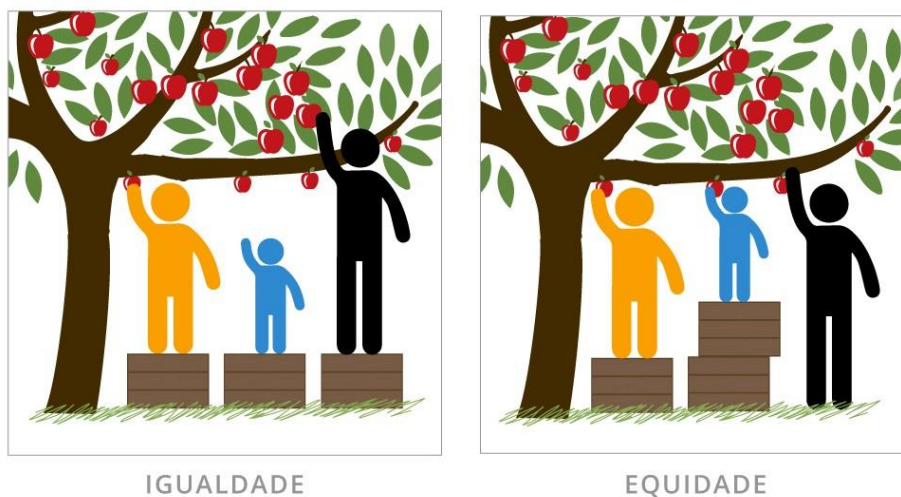


A CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA DA FILOSOFIA DA CIÊNCIA PARA A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

- Evolução do pensamento filosófico, na medida em que ajuda a compreender outros movimentos, mais especialmente referentes à educação.
- Concepções sobre educação, aprendizagem e desenvolvimento humanos (objetos de análises críticas e de refutações).
- Uma nova ética se impõe, conferindo igualdade de valor a todos, igualdade de direitos, particularmente os de equidade, e a necessidade de superação de qualquer forma de discriminação por questões étnicas, socioeconômicas, de gênero, de classes sociais ou de peculiaridades individuais mais diferenciadas.
- Os movimentos filosóficos na educação convergem para o “todos nós”.
- Ponte entre as transformações ocorridas no campo da filosofia da ciência e no campo da filosofia da educação.

A palavra de ordem é equidade, o que significa educar de acordo com as diferenças individuais, sem que qualquer manifestação de dificuldades se traduza em impedimento à aprendizagem.

Na sociedade atual, marcada pela visão globalizadora, o eixo de construção epistemológica sobre educação em geral tem evoluído evidenciando-se que o trabalho na diversidade é uma forma de enriquecimento geral.



Fatores que devem ser considerados na ressignificação dos papéis das escolas, tornando-as inclusivas:

- ✓ As condições sociais e econômicas do país que têm acarretado a desvalorização do magistério fazendo com que, muitas vezes, as escolas funcionem como espaços de abrigo e de cuidar os alunos em vez de serem espaços para a construção do conhecimento e de exercício da cidadania;
- ✓ As condições materiais em que trabalham nossos professores;
- ✓ Sua formação inicial e continuada;
- ✓ As condições requeridas para que a aprendizagem se efetue em “clima” prazeroso e criativo.

A AUTORIZAÇÃO DA DIFERENÇA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Pensar em diferença ou no diferente é pensar na dessemelhança, na desigualdade, na diversidade ou, como na matemática, num grupo de elementos que não pertencem a um determinado conjunto, mas que pertencem a outros.

Em qualquer das abordagens está implícito um modelo, tido como “ideal” ou “normal”, em relação ao qual se estabelecem comparações.

Ocorre algum impacto na percepção social do outro quando a dessemelhança se deve a diferenças significativas, em que um dos sujeitos, ou um grupo de sujeitos, por suas características físicas, sensoriais, mentais, psíquicas, não correspondem fielmente ao modelo idealizado, dele desviando-se acentuadamente.

Pessoas significativamente diferentes geram impacto no “olhar” do outro, dito normal, provocando:

- Sentimentos de comiseração (com diversas manifestações de piedade, caridade ou tolerância, seja porque o “diferente” é cego, surdo, deficiente mental, deficiente físico, autista ou deficiente múltiplo);
- Movimentos de cunho filantrópico e assistencialista, pouco ou nada emancipatórios das pessoas com deficiência, pois não lhes confere independência e autonomia.
- Elevadas expectativas quando a diferença se manifesta como superdotação, especialmente a intelectual e provoca admiração.



⇒ Toda a retórica tem se construído tendo como critério a oposição entre “normalidade” e “anormalidade”, numa leitura binária do tipo: “ou é isso ou é aquilo”.

⇒ Visão míope e reducionista aos princípios da patologia.

⇒ Lógica da exclusão, pois a indesejável comparação entre pessoas é feita em torno de certos indicadores que “eliminam” aquelas que não se encaixam, porque fogem ao padrão estabelecido.

⇒ As comparações entre o “eu” e o “outro” (quando deficiente) ocorrem numa dimensão de alteridade comprometida pelo modelo clínico ou pelo modelo matemático.



Lógica da exclusão / modelo clínico:

→ Serve para destacar, no exercício da alteridade, a “autorização” da deficiência como forma de reforço da condição de normalidade de alguns de nós, dos quais os outros, os deficientes, se desviam porque apresentam “anormalidades”.

→ Nas palavras de Gilberto Velho (1979), remete os problemas dos desviantes a uma perspectiva de patologia, pois: *“tradicionalmente o indivíduo desviante tem sido encarado a partir de uma perspectiva médica, preocupada em distinguir o “são” do “não são” ou do “insano”.*

A alteridade do outro permanece como que reabsorvida em nossa identidade que a reforça ainda mais; torna-a, se possível, mais arrogante, mais segura e satisfeita de si mesma. A partir desse ponto de vista, o louco confirma a nossa razão; a criança, a nossa maturidade; o selvagem, a nossa civilização; o marginal, a nossa integridade; o estrangeiro, o nosso país; **o deficiente, a nossa normalidade.**

alteridade

Caráter ou estado do que é diferente, distinto, que é outro.

Que se opõe à identidade, ao que é próprio e particular; que enxerga o outro, como um ser distinto, diferente.

🔗 Traz problemas ou desafios ao “olhar”?

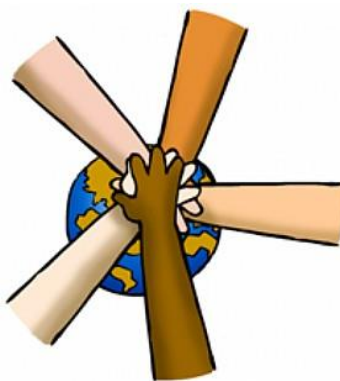
O verdadeiro outro não está no diálogo que se constrói em cima de categorias classificatórias segundo as quais, socialmente, ele ganha a dimensão de “aprovado” ou “rejeitado”, incluído ou excluído. O verdadeiro outro não está na sua manifestação externa, mas sim em seu potencial (interno) de construir-se e reconstruir-se na medida em que nós, intencionalmente, desejarmos ou não, viabilizar-lhe o processo. O que se constata, lamentavelmente, é que, nem sempre, são oferecidas as condições necessárias para o desenvolvimento das potencialidades, o que seria a melhor forma de autorizarmos a diferença no nosso convívio cotidiano.

Se entendermos a deficiência como um problema, a diferença dos deficientes até poderá ser “autorizada”, desde que protegida em ambientes abrigados (como as sementes que ficam dentro dos frutos) e em espaços a eles circunscritos, exclusivos e excludentes. Mas, se vivermos a alteridade dos deficientes como um desafio (muito mais à nossa retórica), a deficiência poderá ser socialmente “autorizada”.





Mais que estabelecer laços de solidariedade entre pessoas com deficiências e pessoas “normais” a partir da convivência, pode-se ver, nas relações que se estabelecem, a possibilidade de que se integrem, de modo a romper a ambivalência existente na vinculação do indivíduo com sua categoria estigmatizada.



A EXCLUSÃO COMO PROCESSO SOCIAL

Exclusão nem sempre é o avesso de inclusão, pois o avesso desta pode ser uma inclusão marginal, na medida em que a sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica.

👉 **Análise da exclusão social**

- ❖ Historicamente, para muitos, a condição de exílio, de separação, de ficar à parte, segregados e experimentando sentimentos de rejeição, tenha sido uma característica de suas vidas.
- ❖ Se a exclusão fazia parte da “normalidade das sociedades”, não mais desejamos que continue assim.
- ❖ A busca da “normalidade” tem sido, na histórica odisseia do sujeito com deficiência, uma das formas de enfrentamento de sua diferença, como fator de exclusão social, em vez da defesa de seus direitos de ser “autorizado”, socialmente, como diferente, sem preconceitos e discriminações.

➤ **Análise da exclusão social**

- ❖ Devemos ressignificar em nós, de fato, a ideia que temos da nossa própria “normalidade” e, dentre seus corolários, o que nos leva a supor que, por sermos “normais”, somos seres completos, já que não nos faltam os sentidos ou a capacidade motora.
- ❖ Os autores que escrevem sobre a dinâmica das sociedades têm denunciado as desigualdades sociais e as práticas excludentes, defendendo os ideais democráticos calcados nos direitos humanos, em especial no da igualdade de oportunidades, para todos.

Atualmente, discutir a exclusão apresenta-se, de um lado, como uma resposta da sociologia para combater intelectualmente o problema e, de outro lado, uma saudável manifestação dos grupos de excluídos que têm lutado por efetivas ações em respeito aos seus direitos de, sem discriminações, serem integrados na sociedade.

A cada dia, eles e muitos de nós, vamos tomando consciência de que os mecanismos excludentes decorrem dos estigmas e preconceitos relativos às características biopsicossociais dos indivíduos e, também, de determinados fatores constitutivos da sociedade, geradores de tantas desigualdades.



“A marginalidade - dever-se-ia, antes, dizer marginalização - é assim uma produção social que encontra sua origem nas estruturas de base da sociedade, na organização do trabalho e nos sistemas de valores dominantes, a partir dos quais se repartem os lugares e se fundam as hierarquias, atribuindo sua dignidade a cada um ou sua indignidade social”.

Castel (1996)

Émile Durkheim

Foram os estudos de *Durkheim* sobre a natureza do laço social que o levaram a analisar as forças que permitem ligar os indivíduos entre si, ao mesmo tempo em que os liga à coletividade. Assim, ele deduziu as duas formas principais de ligação ou solidariedade: a mecânica e a orgânica.

Solidariedade Mecânica	Solidariedade Orgânica
• Refere-se a uma sociedade estruturada pela semelhança. • Os indivíduos diferem pouco uns dos outros. Membros de uma mesma coletividade, eles se assemelham porque têm sentimentos, valores, crenças em comum. • Nessas sociedades a consciência coletiva é mais intensa e abrange a maior parte das consciências individuais. • Os <u>indivíduos se reconhecem</u> e se relacionam através de laços de parentesco, de tradição e laços religiosos.	• Refere-se a uma sociedade estruturada pela diferença. • É aquela em que a unidade coerente da coletividade, resulta de uma diferenciação de funções sociais de seus membros. • Nessas sociedades observamos um enfraquecimento das imposições determinadas pela consciência coletiva que cobre a esfera da existência. • Os <u>indivíduos não se assemelham</u>, são diferentes, através do processo de divisão do trabalho social.

Tipos de Solidariedade, segundo E. Durkheim	
MECÂNICA	ORGÂNICA
Sociedade simples	Sociedades complexas
As funções sociais dos indivíduos são semelhantes	As funções sociais dos indivíduos são especializadas e interdependentes
Não há significativa divisão social do trabalho	A divisão social do trabalho é bastante complexa
Predomínio de mecanismo de coerção imediata, violenta e punitiva	Predomínio de mecanismos de coerção formais, exercido de forma mediada
Predomínio do Direito punitivo	Predomínio do Direito restitutivo
Sociedades economicamente simples	Sociedades economicamente complexas

Todos os esforços de combate à exclusão social devem ser, necessariamente, analisados em termos das condições de acolhimento dos excluídos, pois não é desprezível a hipótese de que prevaleça a solidariedade mecânica para as pessoas ou os grupos incluídos, percebidos como “estrangeiros”, caso não se estabeleça sua integração, levando às formas de solidariedade orgânica.

A acolhida implica uma série de ressignificações na percepção do outro, bem como num conjunto de providências que envolvem desde os espaços físicos até os espaços simbólicos, ambos propulsores das forças que qualificam a natureza dos laços sociais. Estes se manifestam por meio de interações, com trocas mútuas entre os dois grupos de atores: o dos excluídos e que se inserem na coletividade e os *socius*, dela participantes como membros ativos.

**Níveis de acolhimento e a natureza dos laços sociais,
segundo Costa-Lascoux**

- Inserção - condições de acolhimento dos excluídos com a manutenção dos particularismos de origem. Prevalece a solidariedade mecânica.
- Integração - participação dos excluídos não mais como simples ocupantes de um espaço físico ao lado dos outros, mas dispendo de reciprocidade nas interações, em coerência com o grupo como um todo, de acordo com a noção de solidariedade orgânica durkheimiana.
- Assimilação - indica a unidade do grupo, como espaço último de referência a preservar e no qual igualmente prevalece a solidariedade orgânica.

Em cada um desses processos, o acolhimento manifesta-se com características próprias, como resgate dos vínculos sociais e simbólicos que ligam cada indivíduo a seus semelhantes e à sociedade.



➤ A construção do imaginário social sobre as pessoas com deficiências

- Uma das formas de exclusão social mais perversas é a simbólica, pois é “invisível” e mítica.
- Na pós-modernidade, reside o novo entendimento que se tem do papel da linguagem e sua importância.
- Na medida em que o discurso tem o poder de instituir a realidade formando em nós representações a seu respeito, podemos dizer que as práticas discursivas são significativas na construção de nosso imaginário.

Mas o que é o imaginário e como ele se expressa?



Mais do que cópia do real, é uma forma de ligar as coisas ao eu, ou de plasmar visões de mundo, modelando condutas e estilos de vida. A construção do imaginário social tem um percurso simbólico o que o *“torna dependente do fluxo comunicacional entre o emissor (que irradia uma concepção de mundo integrada a seus objetivos estratégicos) e o receptor (que a decodifica ou não)”*. (MORAES).

Calcados na concepção de normalidade - mesmo sem termos na ponta da língua a resposta para o que é ser normal - construímos o imaginário acerca dos deficientes, em torno da oposição binária: normalidade e deficiência. Pensamos a contradição entre normalidade e deficiência, como polos opostos, em vez de pensar por contradição (SAVIANI, 1980).

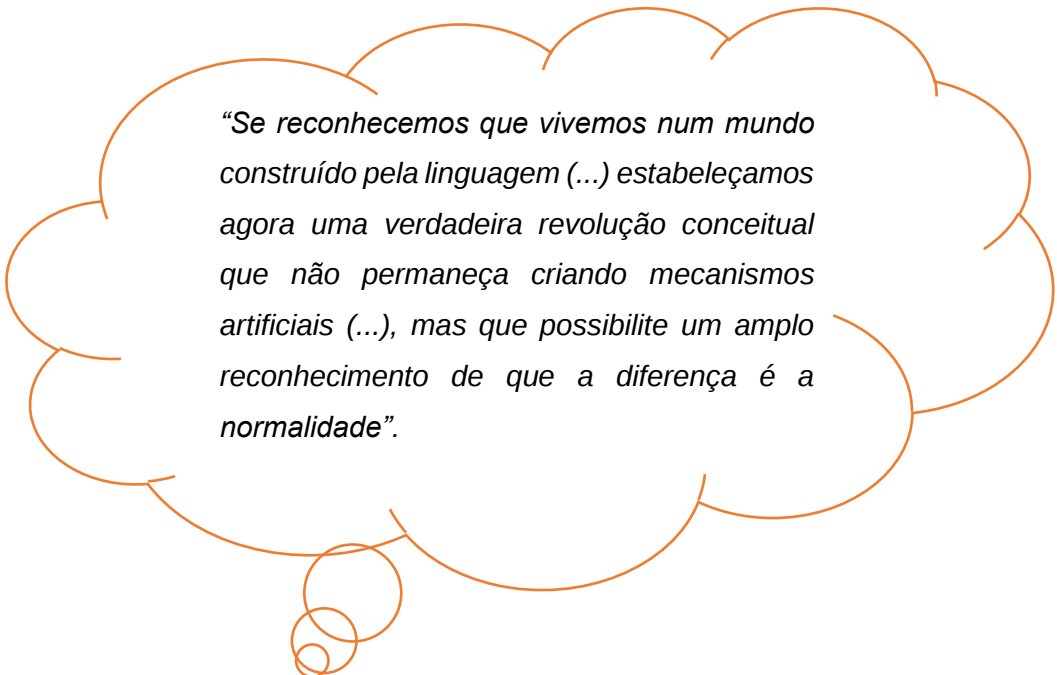
- ➔ Sob a primeira matriz de pensamento - pensar a contradição - criamos representações, imagens em torno das pessoas com deficiência, pelo que lhes falta, o que as torna “diferentes” porque são “incompletas”.
- ➔ Pensar a contradição representa, sem dúvida, valorizar a hegemonia da normalidade que, se “desrespeitada”, gera imaginários construídos em torno do *déficit* dos sujeitos.
- ➔ E, no caso das pessoas com altas habilidades, superdotadas, a hegemonia da normalidade também “atua” gerando indagações acerca da “superioridade”.

- ➔ Sob a segunda matriz de análise e reflexão - pensar por contradição -, damos-nos conta de que fatos e fenômenos humanos não podem ser enquadrados na condição de serem “isso ou aquilo”, pois se constata que eles variam segundo as condições em que se manifestam e as expectativas dos grupos sociais em torno dos comportamentos das pessoas.
- ➔ A importância que tem sido atribuída às causas da deficiência, com ênfase para os componentes orgânicos, gerou uma rede de significações que associa deficiência com doença, incapacidade e improdutividade.



- ✚ O “sujeito deficiente”, fundado no discurso da incapacidade, tem sido etiquetado sob diversas denominações o que, em si mesmo, já nos permite identificar as sutilezas com que se procura mascarar a verdadeira imagem de sua alteridade.
- ✚ As várias etiquetas com que têm sido rotulados, como as atualmente mais usadas - pessoas portadoras de necessidades especiais ou com necessidades educacionais especiais - trazem, implícitas, referências aos seus comportamentos desviantes (mesmo para os de altas habilidades/ superdotados) e aos lugares institucionais que lhes cabem.

- ✚ Atualmente, sob o discurso da educação inclusiva, pretende-se desalojar o estatuído em torno da deficiência e romper a fronteira exclusão/inclusão, inserindo todos os portadores de deficiência em turmas do ensino regular.
- ✚ Mas, se não tivermos a coragem de enfrentar discussões assumindo atitudes mais críticas, poderemos ter, como resultado das propostas de inclusão educacional escolar, nada mais do que inserção física, com interações baseadas na solidariedade mecânica. Os sujeitos permanecerão operacionalmente na marginalidade, excluídos e na inclusão marginal, como citado anteriormente.



“Se reconhecemos que vivemos num mundo construído pela linguagem (...) estabeleçamos agora uma verdadeira revolução conceitual que não permaneça criando mecanismos artificiais (...), mas que possibilite um amplo reconhecimento de que a diferença é a normalidade”.

Mecanismos excludentes no processo educacional escolar

Elevados índices de exclusão traduzidos, dentre outros indicadores, por:

- 
- Alunos que nunca ingressaram na escola,
 - Defasagem idade-série,
 - Evasão escolar,
 - Estratégias de aceleração adotadas para compensar fracassos e evitar a repetência,
 - Baixa qualidade das respostas educativas das escolas,
 - Insatisfatórias condições de trabalho dos educadores,
 - Natureza da gestão escolar.

Características dos processos reflexivos que fazem parte
dos mecanismos cognitivos

- ✚ Ocorrem na intersubjetividade;
- ✚ Dependem da motivação e do desejo;
- ✚ Dependem da significação que o objeto tenha para a atividade de pensar;
- ✚ Ou dependem da constatação de que o “objeto” do pensamento é um “bem” historicamente construído e que pode ser reconstruído;
- ✚ Dependem, ainda, da importância de dispormos de conhecimentos que possam se organizar em nós e nos permitam dialogar e expressar nossas ideias com a clareza suficiente para que sejam entendidas pelos nossos interlocutores.

Se concordamos que, para os docentes, ensinar deve ir além de transmitir informações, pois o que se espera é promover a aprendizagem dos alunos, por meio de auxílio interpessoal, a tarefa torna-se intersubjetiva, dialógica, envolvendo inúmeras modalidades, que *Fernández* denomina como “idiomas”.



Se professores e alunos por inúmeros fatores (inclusive alheios à sua vontade) não estiverem igualmente motivados, desejosos de aprender, de compartilhar ideias, conceitos, procedimentos e valores - estarão falando idiomas diferentes entre eles, ainda que se espere que o professor seja capaz de falar vários “idiomas”, para seu trabalho na diversidade.

O não reconhecimento desses diferentes idiomas empobrece o processo, aprisionando os sujeitos. No caso do professor, aprisiona-o seja ao que tem que ensinar para cumprir com o programa e repassar conteúdos, como instrução, seja na falsa ideia de que o saber é monolítico e está acabado.

No caso do aluno, empobrece porque lhe impõe “aprisionar” seus interesses, sua inteligência e a autoria de seus próprios textos, para expressar-se num idioma que não é o seu, “abandonando a tarefa de transformar a si mesmo”.

Generaliza-se a percepção de que o sujeito que abandona a tarefa de aprender age assim porque é portador de uma deficiência.

E se for superdotado e apresentar dificuldades pode-se, até, considerá-lo como preguiçoso.



O aluno “aprisionado” em dificuldades, que a escola ainda não sabe bem como resolver, passa a ser considerado deficiente.

Sara Paín (1989) tece importantes críticas a expressão alguém que “não aprende”, lembrando-nos que a noção de não aprendizagem não é o reverso de aprendizagem, pois esta *“não é uma estrutura e, sim, um efeito e, neste sentido, é um lugar de articulação de esquemas”*.



É importante entender a aprendizagem que, mesmo como processo individual, exige de nós conhecer e reconhecer o contexto em que se desenvolve. Esse aspecto é da maior relevância para evitarmos os rótulos injustamente aplicados ao aluno, gerando lamentáveis consequências.

Percebido como incapaz, o aluno:

- Cria uma imagem desvalorizada de si mesmo,
- Sofre psiquicamente,
- Produz mecanismos reativos de acomodação ou de agressividade manifesta.

Patologização: entender que as dificuldades de aprendizagem de inúmeros alunos traduzem um seu “defeito”.

Medicalização do processo ensino-aprendizagem: busca de soluções fora do eixo de discussão de natureza político-pedagógica.



A GENERALIZAÇÃO É DESUMANA.

Alunos deficientes circunstanciais: tornados deficientes em decorrência de serem tratados como doentes e por não receberem as respostas educativas de que necessitam.

- ☞ Cabe uma referência aos de altas habilidades/superdotados sempre que lhes forem negadas as oportunidades diferenciadas de aprofundamento ou aceleração curricular.
- ☞ É essencial oferecer atenção especializada aos aprendizes com deficiências que são considerados excluídos por apresentarem necessidades específicas, independentemente do lugar que estejam ocupando na escola.

Negar a deficiência (sensorial, mental, física, motora, múltipla ou decorrente de transtornos invasivos do desenvolvimento) de inúmeras pessoas é tão perverso quanto lhes negar a possibilidade de acesso, ingresso e permanência bem-sucedida no processo educacional escolar, recebendo a educação escolar que melhor lhes permita a remoção de barreiras para sua aprendizagem e participação.



Para enfrentar os mecanismos excludentes, é preciso intervir no sistema educacional, ampliando, diversificando suas ofertas, aprimorando sua cultura e prática pedagógica e, principalmente, articulando-o com todas as políticas públicas.

Infelizmente, algumas escolas têm legitimado a exclusão, principalmente dos grupos em desvantagem, mesmo quando procura inserir alunos nas classes regulares, mas sem os apoios necessários.

Para que tenhamos uma escola verdadeiramente democrática e que seja espaço de exercício de cidadania, devemos lutar principalmente:

- ✚ Por melhores condições de trabalho e de salário de nossos professores;
- ✚ Por maiores investimentos na sua formação permitindo-lhes apropriarem-se de novos saberes e das tecnologias que possam estar a serviço da educação escolar;
- ✚ Pela realização sistemática de avaliações do processo ensino-aprendizagem, muito mais útil aos educadores do que as infundáveis e, muitas vezes, indecifráveis estatísticas do desempenho dos sistemas educacionais;
- ✚ Pela capacitação dos gestores com vistas à administração compartilhada;

Para que tenhamos uma escola verdadeiramente democrática e que seja espaço de exercício de cidadania, devemos lutar, principalmente:

- ✚ Pela constante reflexão de todos os educadores acerca do sentido da educação num mundo globalizado e em permanente mudança;
- ✚ Pela educação na diversidade, ampliando-se e aprimorando-se as oportunidades de aprendizagem por toda a vida;
- ✚ Por constantes relações dialógicas entre professores dentro das escolas e entre escolas;
- ✚ Para que o direito à educação seja entendido como um bem essencial que deve ser extensivo a todos.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ALGUNS ASPECTOS PARA REFLEXÃO

A proposta de educação inclusiva traduz uma aspiração antiga, se devidamente compreendida como educação de boa qualidade para todos e com todos buscando meios e modos de remover as barreiras para a aprendizagem e para a participação dos aprendizes indistintamente.

↳ Aspectos denotativos e conotativos de alguns termos frequentemente utilizados em nossas narrativas

EDUCAÇÃO

Os conceitos de educação existentes na literatura dizem respeito à espécie humana e a caracterizam como processo integral no qual o homem, em interação com a cultura em que vive, desenvolve-se globalmente (isto é, nos aspectos físicos, motores, psicomotores, intelectuais, afetivos e político-sociais).



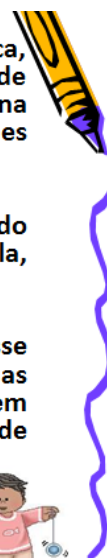
O vocábulo tem, no latim da Roma antiga, duas origens: *educare* (conduzir) e *educere* (tirar para fora). Em se tratando da prática pedagógica, podemos estabelecer correspondências, respectivamente, às metodologias tradicionais, nas quais o eixo do processo é o que o professor ensina, conduzindo o aluno (*educare*), ou às metodologias atuais, centradas na aprendizagem. Sob este enfoque, valoriza-se a bagagem de conhecimentos do próprio aprendiz que é estimulado a explicitar (tirar para fora - *educere*) suas experiências, associando-as às novas aprendizagens.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Processo educacional escolar definido por uma proposta pedagógica que assegura recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

- ▶ É um serviço da educação especial que [...] identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (SEESP/MEC, 2008).
- ▶ O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino.
- ▶ O AEE não se confunde com reforço escolar. Esse atendimento tem funções próprias do ensino especial, as quais não se destinam a substituir o ensino comum e nem mesmo a fazer adaptações aos currículos, às avaliações de desempenho e outros.



EQUIDADE

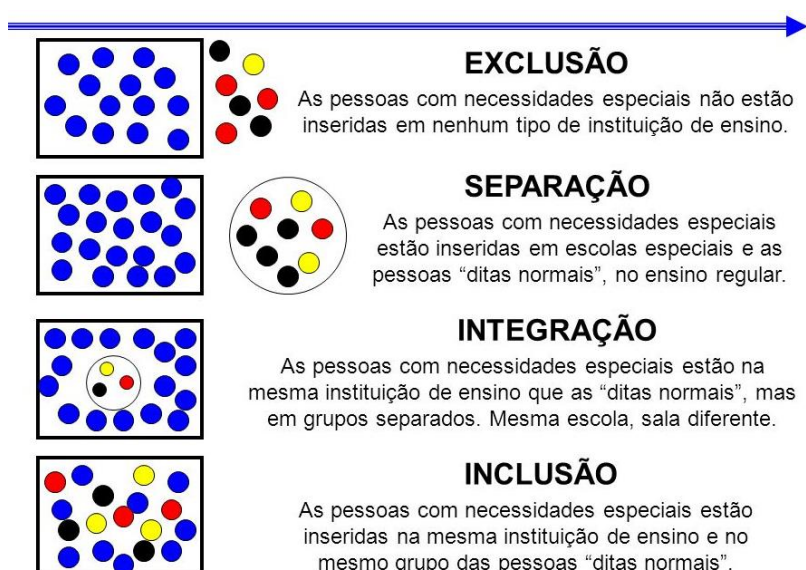
Significa o uso da imparcialidade para reconhecer o direito de cada um, usando a equivalência para se tornarem iguais, e vem do latim "equitas".

A equidade adapta a regra para um determinado caso específico, a fim de deixá-la mais justa.

Princípio da justiça social que supõe o respeito às diferenças como condição para se atingir a igualdade.

IGUALDADE NÃO SIGNIFICA HOMOGENEIDADE.

CONCEITOS DE INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO



➤ Quem são os excluídos?

São excluídos os que não conseguem ingressar nas escolas e também aqueles que, mesmo matriculados, não exercitam seus direitos de cidadania, de apropriação e construção de conhecimentos.



➤ Fatores que contribuem para a exclusão escolar

Dentre os fatores, são apresentados como elementos reflexivos importantes e prementes:

- Os oriundos do modelo social e econômico vigente em nosso país;
- Os decorrentes das políticas públicas (nem todas sociais);
- Os intrínsecos aos sistemas de educação escolar e à prática pedagógica;
- Além daqueles intrínsecos aos alunos, embora não se pretenda colocá-los como os responsáveis solitários pelo fracasso escolar, isso não significa desconhecer suas peculiaridades e características diferenciadas dos demais.

Políticas públicas e sociais para a educação de qualidade para todos e com todos

Como compatibilizar os objetivos e programas propostos em cada uma das políticas setoriais, buscando-se pontos de convergência, em particular no que tange à lógica dos financiamentos, bem como da prestação de benefícios e serviços, sem discriminação?

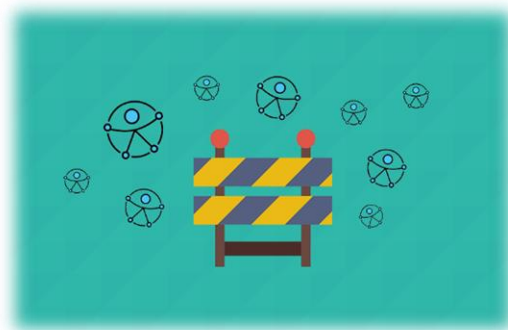
São questões bastante complexas e difíceis, mas que precisam ser inseridas em nossas reflexões. Lembremo-nos de que nossa escola espelha a sociedade na qual se insere e que esta oferece, com equidade, poucas condições de acessibilidade (em todos os sentidos) a seus membros.

Remoção de barreiras para a aprendizagem e para a participação

O que se pretende na educação inclusiva é remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas aos alunos, buscando-se todas as formas de acessibilidade e de apoio de modo a assegurar (o que a lei faz) e, principalmente, garantir (o que deve constar dos projetos político-pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que deve ser executado), tomando-se as providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem-sucedida na escola.

Para remover barreiras, há que identificá-las examinando-se todos os fatores a elas ligados. Esse movimento traduz-se como processo contínuo, por meio da avaliação mediadora (HOFFMANN, 1993), pois ela nos oferece os subsídios para identificar e implementar as transformações que se fazem necessárias.

Remover barreiras implica um trabalho coletivo de facilitação do aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver junto



➤ **Produção sistemática de estudos e pesquisas com análise científica dos dados**

No caso da educação inclusiva, como uma situação-problema, merece ser pesquisada (dentre tantas outras) a efetividade da inclusão escolar de alunos com deficiência, considerando-se os seguintes aspectos:

- ❖ O desenvolvimento de suas habilidades e competências sociais, cognitivas, motoras e psicomotoras;
- ❖ Os níveis de acolhimento que experimentam por parte dos colegas e dos integrantes da comunidade escolar;
- ❖ Os procedimentos que facilitam a construção de conhecimentos.

Embora essa tarefa não seja nada simples, é importante desenvolver, em todos os que trabalham em educação, o desejo de conhecer sistematicamente mais e melhor, registrando e analisando dados, permitindo-nos fazer afirmativas próprias, ao lado das citações dos autores que enriquecem os nossos trabalhos.



✍ Resistências em relação à proposta de educação inclusiva

Resistência dos:

- Familiares,
- Professores da Educação Especial e do ensino regular,
- Próprios alunos.

-
- ✦ Resistências são naturais.
 - ✦ O novo assusta.
 - ✦ Mudança é um processo lento e sofrido.

*“Não há nenhuma estrada de realeza
para a inclusão”.*

Mittler (2003)

Precisamos construir o caminho por nós mesmos. Mãos à obra com firmeza e com brandura, com otimismo e muita determinação. Os alunos, cidadãos brasileiros, bem o merecem!

CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DE UM SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO

Constituição Federal-1988

- Art. 205 – educação – direito de todos
- Art.206 – Inciso I – igualdade de condições de acesso e permanência na escola
- Art. 208 – Inciso III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino
- Art. 227 - § 1º- possibilidade de parceria entre Estado e entidades não-governamentais para portadores de deficiência e § 2º - garantia de acessibilidade adequada

A Declaração Universal dos Direitos Humanos/1948.

Artigo 26º

Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório.

O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos.



Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990)

“A educação é um direito fundamental de todos, homens e mulheres, de todas as idades no mundo inteiro, embora sabendo que a educação não seja condição suficiente, é de importância fundamental para o progresso pessoal e social; entendendo que pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio e ambientalmente mais puro”.

⇒ DECLARAÇÃO DE SALAMANCA – 1994

Trata do acesso e qualidade para pessoas com necessidades especiais. O Brasil como subscritor é um dos países que fez opção por construir um **Sistema Educacional Inclusivo**, onde, dentre outros Se adote o princípio da educação integrada onde ***todas as crianças estejam em escolas comuns***, a menos que haja razões convincentes para o contrário.

Toda pessoa com deficiência tem o direito de manifestar seu desejo quanto a sua educação. Os pais têm o direito de serem consultados sobre a forma e a educação que melhor se ajuste as necessidade de seus filhos, sem ferir a lei

A importância da língua de sinais como meio de comunicação para os surdos, assegurando a eles o acesso ao ensino da língua de sinais de seu país.

Se desenvolva uma pedagogia centralizada na criança capaz de ***educar com sucesso todos os meninos e meninas***, inclusive os que sofrem de deficiências graves.

⇒ O que se concebe como um sistema educacional inclusivo?

Política de Inclusão Educacional



Objetivo

Tornar a escola um espaço democrático que acolha e garanta o acesso ,a permanência e o desenvolvimento de todos os alunos sem distinção social, cultural, étnica , de gênero ou em razão de deficiência e características pessoais

Cabe ao poder publico assegurar as pessoas com deficiência o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis

- ✚ Um sistema educacional inclusivo é um sistema que procura enfrentar a fragmentação interna existente e que busca diversificadas formas de articulação, envolvendo todos os setores nacionais, além da cooperação internacional.
- ✚ Por outro lado, é indispensável que a Educação Especial deixe de ser um subsistema que se ocupa de um determinado tipo de alunos com deficiências, para converter-se em um conjunto de serviços e de recursos de apoio, orientado para a educação regular, em benefício de todos os aprendizes.

✚ **Que princípios fundamentam os sistemas educacionais inclusivos?**

De uma forma sintética, podemos afirmar que são os princípios democráticos os que fundamentam os sistemas educacionais inclusivos. A ideologia democrática, plural em sua essência, faz com que as escolas que integram tais sistemas sejam respeitadas e protegidas.

Sistemas educacionais inclusivos estabelecem programas, projetos e atividades que permitem o desenvolvimento pleno da personalidade dos indivíduos, fortalecendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, proclamados na já citada Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Esses programas devem:

- ☑ Favorecer o entendimento, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos étnicos e religiosos;
- ☑ Não de ser sensíveis às identidades culturais e linguísticas e respeitosos à diversidade;
- ☑ Devem reforçar uma cultura de paz.

✚ A educação tem que promover não só a aquisição de habilidades, como a prevenção, a solução pacífica dos conflitos e, também, valores sociais e éticos.

(Extraído do Marco de Ação de Dakar, adotado no Fórum Mundial sobre Educação, ocorrido em 2000 em Dakar, no Senegal)

Outros princípios que devem ser colocados em prática para se conceber sistemas educacionais inclusivos:

- ➡ Igualdade de oportunidades,
- ➡ Respeito às necessidades individuais,
- ➡ Melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem (respostas educativas das escolas),
- ➡ Melhoria das condições de trabalho dos educadores,
- ➡ Maior participação das famílias e da sociedade em geral,
- ➡ Remoção de barreiras para a aprendizagem e para a participação.

O ideário dos sistemas educacionais inclusivos nos quais os princípios e valores anteriormente mencionados são cultuados pode ser resumido como se segue, tornando efetivos para todos:

- ✎ O direito à educação;
- ✎ O direito à igualdade de oportunidades, o que não significa um “modo igual” de educar a todos, mas dar a cada um o que necessita, em função de suas características e necessidades individuais;
- ✎ Escolas responsivas e de boa qualidade;
- ✎ O direito de aprendizagem;
- ✎ O direito à participação.

✎ Diretrizes de um sistema educacional inclusivo

No Encontro Regional sobre Educação para Todos na América Latina, ocorrido em Santiago do Chile, em 2002, a Sra. Rosa Blanco - especialista que participa de programas da UNESCO/ OREALC - propôs que a elaboração de planos nacionais de educação para todos deveria seguir as diretrizes do Marco de Ação de Dakar e as de Santo Domingo (2000), destacando a importância deste último que foi, além do de Dakar, ao contemplar a educação inclusiva como objetivo.

Tais planos não são paralelos aos já existentes; ao contrário, devem ser integrados a eles gerando um novo texto, de teor técnico e político e que reflita consensos e compromissos (cumplicidades) estabelecidos pelo conjunto da sociedade, avaliando-se os riscos que podem advir, caso os esforços não sejam bem-sucedidos.



Dentre as orientações propostas no Chile (2002), destacam-se:

- ✚ Estabelecer uma estreita relação entre as evidências identificadas na análise dos dados estatísticos e a tomada de decisões;
- ✚ Formular políticas educativas inclusivas e articulá-las com políticas intersetoriais de superação da pobreza dirigidas às populações em situação de vulnerabilidade;
- ✚ Incrementar a inversão de recursos para o desenvolvimento e a aprendizagem de todos os meninos e meninas, adolescentes, jovens e adultos;
- ✚ Garantir a equidade na distribuição de recursos públicos e privados para a educação e para o desenvolvimento social;
- ✚ Fortalecer os sistemas de capacitação e acompanhamento dos educadores, gestores educacionais e familiares;

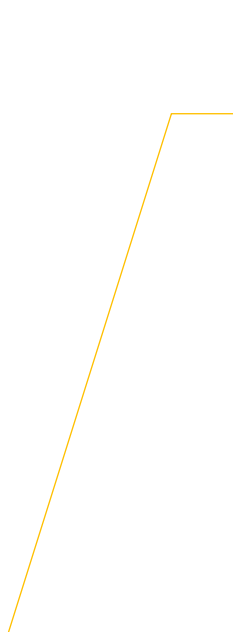
Dentre as orientações propostas no Chile (2002), destacam-se:

- ✚ Sustentar e ampliar as possibilidades de acesso à Educação Básica e identificar os grupos ainda excluídos, particularmente aqueles que nunca tiveram acesso às escolas;
- ✚ Criar redes de escolas que envolvam família e comunidade, levando as escolas a se tornarem instâncias prestadoras de serviços.
- ✚ Desenvolver avaliações constantes sobre o impacto das propostas de educação inclusiva;
- ✚ Promover programas de apoio e acompanhamento de estudantes de famílias pobres, afetadas pelas desigualdades socioeconômicas, para garantir seu ingresso e permanência, com êxito, no sistema educacional escolar;
- ✚ Promover e fortalecer a educação intercultural e bilíngue em sociedades multiétnicas, plurilíngues e multiculturais.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

- O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”.
- Ao estabelecer objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, aponta um déficit referente à oferta de matrículas para alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado.



“Educação é fundamental, e com isso todo mundo concorda. Mas na prática, o Brasil não consegue ir adiante e transformar a educação em prioridade nacional. Existem razões sérias e profundas para isso e essas razões são políticas”.

(Betinho)

👉 A “ultrapassagem” dos limites

- 📖 Externalidades decorrentes dos mecanismos ideológicos de exclusão social e que são reproduzidos na escola pelos procedimentos perversos e elitistas, ainda existentes.
- 📖 Não se trata, apenas, de garantir vaga nas classes do ensino regular.
- 📖 Como desenvolver a prática pedagógica comum para todos e, ao mesmo tempo, sensível à diversidade, às diferenças individuais?



Há que se ultrapassar os ranços com os quais ainda convivemos, mesmo no século XXI, apesar dos avanços conseguidos na concepção da educação como bem de consumo essencial para as pessoas e como dimensão central para o desenvolvimento sustentado dos países nos aspectos econômicos e sociais. Enormes são os desafios para assegurar escolas de boa qualidade para todos e por toda a vida.

V Conferência dos Ministros da Educação e Ministros Responsáveis pela Educação e pelo Planejamento e Economia dos Países da América Latina e Caribe (México, 1979)

Identificadas inúmeras carências, dentre as quais:

- ➔ Extrema pobreza em significativos segmentos da população;
- ➔ Baixa escolarização da maioria dos alunos;
- ➔ Altos índices de analfabetismo;
- ➔ Elevadas taxas de repetência e evasão;
- ➔ Excessiva centralização político-administrativa do sistema educativo;
- ➔ Despreparo dos educadores para os novos papéis políticos e sociais da educação;
- ➔ Dificuldades de gestão.

Com esse quadro, pouco animador, foi solicitado à UNESCO que elaborasse um Projeto Principal, objetivando superar os desafios identificados. Em 1981, em Quito, foi apresentado e aprovado o Projeto Principal de Educação cujos objetivos podem ser sintetizados como:

- ⇒ Erradicação do analfabetismo antes do final do século, ampliando-se os serviços educativos para adultos;
- ⇒ Melhoria da qualidade e eficiência dos sistemas educativos, em especial da Educação Básica;
- ⇒ Universalização da educação assegurando, antes do término de 1999 e num mínimo entre oito e 10 anos, a escolarização de todas as crianças em idade escolar.

Dentre outros aspectos, o grande mérito do Projeto Principal de Educação foi o de ter criado um espaço sistemático para encontros regionais entre ministros de educação dos países da América Latina e Caribe. Um dos mais importantes ocorreu em 1996, em Kingston, na Jamaica. Neste evento, foram adotados os princípios do Informe da UNESCO sobre a Educação para o Século XXI (Informe Delors, 1996) que, sem eliminar os objetivos do Projeto Principal de Educação, apontou para:



- ➡ A importância do sentido ético da educação como processo a favor da paz e do desenvolvimento social dos povos;
- ➡ A perspectiva de educação para todos ao longo de toda a vida, conciliando maior equidade com melhor qualidade educativa.

Declaração de Cochabamba sobre Políticas Educativas (Bolívia, 2001)

- Há necessidade dos sistemas educativos de acelerarem o ritmo de suas transformações para não ficarem em desvantagem em relação às mudanças que ocorrem em outros âmbitos da sociedade;
- Não há desenvolvimento humano possível sem educação;
- Sendo a educação um direito e dever de cada pessoa, é necessário criar mecanismos adequados e flexíveis que assegurem a participação de múltiplos atores e se incentivem as práticas intersetoriais no campo da educação;
- O uso pedagógico das tecnologias da informação e comunicação deve ser considerado como um marco de projetos sociais e educacionais, comprometidos com a equidade e com a qualidade.

Todos os documentos mencionados anteriormente alertam para a prioridade que deve ser conferida aos grupos mais desfavorecidos e vulneráveis pela condição de pobreza, aos analfabetos maiores de 15 anos, às populações rurais, às minorias étnicas, religiosas e de migrantes, aos menores de seis anos, aos alunos com dificuldades de aprendizagem, aos povos indígenas e aos portadores de patologias e deficiências.



Políticas públicas brasileiras vinculadas à educação/aos deficientes:



- ❖ Lei Orgânica da Saúde
- ❖ Plano Plurianual do Ministério da Saúde
- ❖ Plano Nacional de Qualificação /Fundo de Amparo ao Trabalhador
- ❖ Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, da Previdência Social (cota para a reserva de trabalho e emprego nas empresas)
- ❖ Lei Orgânica da Assistência Social
- ❖ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)

Apesar dos caminhos e descaminhos da política pública educacional brasileira, devemos valorizar nossos avanços, tais como:

- ✚ A fixação de parâmetros curriculares nacionais para a educação fundamental, infantil e indígena;
- ✚ O programa dos livros didáticos cuja compra foi associada a uma avaliação prévia de sua qualidade;
- ✚ A criação de um canal de TV exclusivo, via satélite, para capacitação de professores e apoio ao seu trabalho em classe;
- ✚ Reforma do Ensino Médio, que entrou em vigência em 1999;
- ✚ Reforma do ensino técnico separando-o do Ensino Médio e democratizando o acesso a essa modalidade de ensino;
- ✚ Novos currículos para os cursos de graduação superior;
- ✚ Ampliação e melhoria de todo o sistema de informação e avaliação educacionais.

PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Há planejamentos realizados:

- ➔ Em nível macropolítico (como o dos ministérios);
- ➔ Cabendo aos que ocupam cargos de chefia em nível micropolítico (como os dirigentes de escolas) executar as ações, tomando as providências para tal;
- ➔ E entre ambos, em nível intermediário, estão os planejamentos das secretarias de educação de estados, municípios e a do Distrito Federal (DF).

É importante conhecer o que está ocorrendo no contexto educacional, fora das paredes dos gabinetes onde se discutem e se redigem planos de educação. Para que sejam pertinentes e adequados às realidades, é indispensável a interlocução com todos os companheiros que atuam em nível micropolítico, dentre os quais se destaca aqueles que estão interagindo com os alunos, seja na condição de gestores e, principalmente, como regentes de turma.



Além da tarefa de articular quem planeja com quem executa, o administrador/planejador terá como incumbência gerir a implementação das ações previstas para atingir os objetivos estabelecidos e que serão executadas nas e pelas escolas.

Nestas, o processo ocorre com características semelhantes, sendo que os resultados das ações de planejar estarão concretizados no Projeto político-pedagógico, documento que deve refletir, portanto, as intenções contidas no Plano Nacional de Educação e nos das esferas administrativas à qual as escolas pertencem.

O que é o Projeto Político Pedagógico (PPP)?

O projeto político-pedagógico deve ser compreendido como um planejamento global de todas as ações de uma instituição educativa, abrangendo direcionamentos, pedagógicos, administrativos e financeiros. É um instrumento de gestão democrática que possibilita a reflexão crítica e contínua a respeito das práticas, dos métodos, dos valores, da identidade institucional e da cultura organizacional.

Construído de modo participativo, o projeto político-pedagógico permite resgatar o sentido humano, científico e libertador do planejamento. Opõe-se, assim, à lógica do planejamento burocrático ou meramente estratégico, bastante difundido nas esferas mais conservadoras da educação e nas reformas neoliberais dos anos 1990.

Ainda que as escolas sejam autônomas para a elaboração de seus projetos político-pedagógicos, devem inspirar-se no plano de ação elaborado pela secretaria de educação a qual pertencem. Tais organizações, sejam estaduais ou municipais, buscam embasamento nas diretrizes propostas pela instância federal na área da educação, isto é, o Ministério da Educação.



Este, por sua vez, inspira-se em documentos nacionais e internacionais, particularmente aqueles elaborados por organismos dos quais é signatário.

✎ Algumas recomendações de cunho internacional

DECLARAÇÃO DE DAKAR – EDUCAÇÃO PARA TODOS / 2000

Foram firmados seis compromissos dos quais três se destacam:

- ✚ Estender e melhorar a proteção e a educação integrais desde a primeira infância, especialmente para crianças mais vulneráveis e desfavorecidas;
- ✚ Velar para que antes do ano 2015, todos os alunos e, sobretudo, as alunas, além das crianças que se encontram em situações difíceis (em desvantagem), tenham acesso ao ensino primário gratuito e obrigatório, de boa qualidade e que o concluam;
- ✚ Melhorar todos os aspectos qualitativos da educação, garantindo os parâmetros mais elevados, para conseguir resultados da aprendizagem reconhecidos, especialmente em leitura, escrita, aritmética além das competências práticas essenciais.

DECLARAÇÃO DE COCHABAMBA / 2001

As recomendações foram organizadas em nove seções, das quais quatro se destacam acerca das diretrizes para a elaboração de políticas públicas:



- ▢ Os eixos prioritários das políticas educativas devem ser: a aprendizagem de qualidade e a atenção à diversidade;
- ▢ O papel dos docentes precisa ser fortalecido e ressignificado;
- ▢ Os processos de gestão devem estar a serviço das aprendizagens e da participação de toda a comunidade educativa;
- ▢ Os financiamentos devem garantir ações que permitam melhorar a oferta educacional para todos.

O PROJETO POLÍTICO - PEDAGÓGICO

NECESSIDADE DA ELABORAÇÃO DO PPP

A concretização da gestão democrática nas escolas tem sua culminância com a elaboração do Projeto Político-Pedagógico, que conforme a LDB (BRASIL, 1996), artigo 12, “cada estabelecimento de ensino deve elaborar e executar sua proposta pedagógica”, assim como, os docentes terão a tarefa, dentre outras, de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (artigo 13).

- Sobre a organização da prática pedagógica em classes comuns, de modo a garantir a todos a aprendizagem e a participação, não é possível dissociar a tarefa pedagógica do ato político nela contido.
- A dimensão política se instaura quando o professor se percebe e age como profissional da aprendizagem, estabelecendo relações dialógicas com seus alunos e valorizando todos os conhecimentos e experiências que trazem para a sala de aula.

A FUNÇÃO DA ESCOLA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

- ✚ Desenvolver culturas, políticas e práticas inclusivas, marcadas pela responsividade e acolhimento que oferece a todos os que participam do processo educacional escolar;
- ✚ Promover todas as condições que permitam responder às necessidades educacionais especiais para a aprendizagem de todos os alunos de sua comunidade;
- ✚ Criar espaços dialógicos entre os professores para que, frequentemente, possam reunir-se como grupos de estudo e de troca de experiências;
- ✚ Criar vínculos mais estreitos com as famílias, levando-as a participarem dos processos decisórios em relação à instituição e a seus filhos e filhas;

A FUNÇÃO DA ESCOLA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

- ✚ Estabelecer parcerias com a comunidade sem intenção de usufruto de benefícios apenas, mas também para conquistar a cumplicidade de seus membros, em relação às finalidades e objetivos educativos;
- ✚ Acolher todos os alunos, oferecendo-lhes as condições de aprender e participar;
- ✚ Operacionalizar os quatro pilares estabelecidos pela UNESCO para a educação deste milênio: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser, tendo em conta que o verbo é aprender;

A FUNÇÃO DA ESCOLA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

- ✚ Valorizar o trabalho educacional escolar na diversidade;
- ✚ Respeitar as diferenças individuais e o multiculturalismo entendendo que a diversidade é uma riqueza e que o aluno é o melhor recurso de que o professor dispõe em qualquer cenário de aprendizagem;
- ✚ Buscar todos os recursos humanos, materiais e financeiros para a melhoria da resposta educativa da escola;
- ✚ Desenvolver estudos e pesquisas que permitam ressignificar as práticas desenvolvidas em busca de adequá-las ao mundo em que vivemos.

➤ Removendo barreiras para a aprendizagem e para a participação na educação inclusiva

Dificuldade de aprendizagem

❖ **Definição:** a expressão dificuldade de aprendizagem é usada para referir condições sócio-biológicas que afetam as capacidades de aprendizado de indivíduos, em termos de aquisição, construção e desenvolvimento das funções cognitivas.

No campo da **Educação**, as mais comuns são:

Dislexia

Disgrafia

Discalculia

EDUCANDOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (Resolução 02/2001 CNE)

Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem:

- I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:
 - aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;
 - aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências.
- II - dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;
- III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente os conceitos, procedimentos e atitudes.

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

As causas mais freqüentes:

- 1- Escola - inadequação de currículos, de programas, de sistemas de avaliação, de métodos de ensino, e relacionamento professor – aluno.
- 2- Fatores intelectuais ou cognitivos.
- 3- Déficits físicos e ou sensoriais.
- 4- Desenvolvimento da linguagem.
- 5- Fatores afetivos-emocionais.
- 6- Fatores ambientais (nutrição e saúde).
- 7- Diferenças culturais e ou sociais.
- 8- Dislexia.
- 9- Deficiência não verbais.



CONCEITO DE DEFICIÊNCIA

Convenção contra todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência – OEA - 1999

Decreto nº 3.956/01, Art. 1º:

“Deficiência significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.”

É preciso:



- ◎ Investir na formação continuada dos professores capacitando-os a melhor entender os tipos de aprendizagem requeridos pelos alunos, o estilo de aprendizagem de cada um e as metodologias didáticas mais úteis.
- ◎ Melhorar o sistema educacional (salários, estrutura das escolas etc.)
- ◎ Convidar as famílias a participarem dos processos decisórios da escola.
- ◎ Identificar e remover barreiras conceituais, atitudinais e político-administrativas, cujas origens são múltiplas e complexas.

O LÚDICO NO ENSINO ESPECIAL



A criança necessita da imaginação do meio físico e social, onde poderá construir seu pensamento e adquirir novos conhecimentos de forma lúdica e onde há o prazer na aprendizagem.

ludicidade

Característica ou propriedade do que é lúdico, do que é feito por meio de jogos, brincadeiras, atividades criativas;
ludismo: a ludicidade na educação (...)

Por meio das brincadeiras / do jogo simbólico, a criança:

- ✚ Cria situações e resoluções para os problemas.
- ✚ É capaz de lidar com dificuldades psicológicas (medo, dor, perda).
- ✚ Tem oportunidade de desenvolver um canal de comunicação, uma abertura para o diálogo com o mundo dos adultos.
- ✚ Restabelece seu controle interior.
- ✚ Restabelece sua autoestima.
- ✚ Desenvolve relações de confiança consigo mesma e com os outros.

Vantagens do lúdico para o educador:

- ➡ Conhecer-se como pessoa.
- ➡ Saber de suas possibilidades e limitações.
- ➡ Desbloquear suas resistências.
- ➡ Ter uma visão clara sobre a importância do jogo e do brinquedo para a vida da criança, do jovem e do adulto.

Considerando a escola como espaço de apropriação e construção de conhecimentos (e não como espaço de socialização apenas), alguns aspectos da inclusão escolar exigem de nós reflexões sobre:

1. A individualidade: o que significa não perder no todo a satisfação das necessidades e interesses de cada um;
2. A identidade: o que significa reconhecer-se, aceitando as próprias características distintas das demais pessoas. E, no caso de pessoas com deficiência, significa não negá-las ou mascará-las, possibilitando o desenvolvimento da personalidade dos alunos, conferindo-lhes autonomia e autoestima positiva;

3. Os ideais democráticos: o que significa a busca da equidade, isto é, da equiparação de oportunidades, oferecendo-se, de direito e de fato, o que todos e cada um necessitam para o exercício da cidadania;
4. A remoção de barreiras para a aprendizagem e para a participação de todos: o que significa pensar nas barreiras enfrentadas pelos alunos e naquelas experimentadas pelos educadores e pelas famílias, interferindo no processo de construção dos conhecimentos pelos alunos.



A expressão “necessidades educacionais especiais”

- ➔ Expressão ampla e imprecisa, mas que permite, na fala e na escrita, uma referência a todos os que demandam a melhoria da qualidade das respostas educativas de nossas escolas por apresentarem características ou condições de aprendizagem significativamente diferentes.
- ➔ Elas não se referem apenas aos alunos, como está impregnado em nosso imaginário, pois as escolas, os sistemas educativos também têm necessidades a serem atendidas.

Com este enfoque, a escola, em respeito à diversidade de seus alunos (mais que ao multiculturalismo), assume a especial necessidade de prever e de prover-se com todos os recursos educativos para a acessibilidade (em sua acepção mais ampla e não apenas a arquitetônica) para garantir que todos os alunos, com ou sem dificuldades de aprendizagem, possam construir conhecimentos e participar ativamente da vida acadêmica.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

- ❑ Muito mais que um plano de trabalho, o projeto político-pedagógico (PPP) pode ser considerado como a “carteira de identidade” da escola, evidenciando os valores que cultua, bem como o percurso que pretende seguir em busca de atingir a intencionalidade educativa.
- ❑ As discussões e a elaboração do projeto político-pedagógico devem ser produzidas por toda a comunidade escolar.
- ❑ O texto estará sempre em processo de aprimoramento.

Devem fazer parte do texto do PPP:

- ✎ A dimensão cultural: incluindo-se os aspectos filosóficos que norteiam o estabelecimento dos objetivos a serem atingidos;
- ✎ A dimensão política: incluindo-se a organização interna da escola, os processos de comunicação e participação (vertical e horizontal), os vínculos com a comunidade e com os pais particularmente;
- ✎ A dimensão prática, aí incluídas as práticas pedagógicas em sala de aula, bem como os mecanismos de ajuda e apoio aos alunos, professores e pais que deles necessitarem.

Formação de educadores

- ☑ Necessidade de atualização / formação continuada.
- ☑ Avaliar o dia a dia da sala de aula de uma forma crítica e compartilhada.
- ☑ Valorizar “espaços” de discussão.
- ☑ Exercitar a escuta do que dizem os alunos.
- ☑ Fazer adequações curriculares.
- ☑ Repensar o papel da avaliação.
- ☑ Trabalhar numa visão transdisciplinar e/ou com temas transversais.

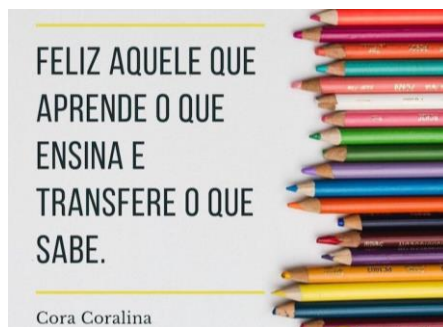


Na escola inclusiva e includente (que promove a integração dos aprendizes e os fazem se sentirem felizes e pertencentes a um grupo), os alunos falam, movimentam-se, questionam, trazem a vida para dentro da escola. E os professores dela participam, transformando o processo de ensino-aprendizagem numa construção de conhecimentos coletiva e agradável. Todo esse movimento contribui para a melhoria da qualidade da resposta educativa das escolas e também para o desenvolvimento de habilidades e competências dos educadores e dos alunos.



Inclusão deve ser entendida como processo interminável, dirigida a todos os alunos, contemplando inúmeras ofertas educativas, no espírito da pluralidade democrática.

Muito mais do que desmontar a Educação Especial e distribuir seu alunado pelo ensino regular, aleatoriamente, a proposta inclusiva deve ser entendida como um processo que não se reduz à inserção deste ou daquele aluno numa classe do ensino regular (muitas vezes à revelia do professor). Inclusão é processo, não ocorre por decreto ou por modismo.





Vamos praticar?

Agora responda as questões diretamente relacionadas aos conteúdos trabalhados nesta Unidade para a fixação do conteúdo.

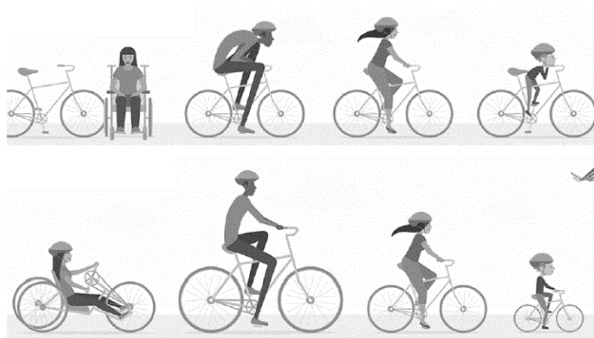
1. O conteúdo no contexto da pedagogia da escola nova envolve a formação:
 - a) através de valores sociais acumulados e repassados como verdade única.
 - b) da mente do aluno através do processo de assimilação.
 - c) política com objetivo de emancipação do sujeito.
 - d) de cada indivíduo em relação aos suas potencialidades e seus interesses.

2. Qual o significado de Cidadania?
 - a) Cidadania significa a atitude e o comportamento do indivíduo na sociedade.
 - b) Cidadania significa somente que o indivíduo tem direito a um trabalho garantido.
 - c) Cidadania significa o conjunto de direitos e deveres pelo qual o cidadão, o indivíduo se relaciona com a sociedade em que vive. O termo cidadania vem do latim, "civitas" que quer dizer "cidade".
 - d) Falar que uma pessoa é cidadã é o mesmo que dizer que ela pode ter lazer nos finais de semana.

3. Os desafios da sociedade contemporânea suscitaram vários debates sobre os rumos da educação do futuro. Um documento publicado pela UNESCO contribuiu para pensar novas perspectivas para a prática educativa propondo que o processo formativo esteja fundado em quatro pilares. São eles:

- a) Aprender a estudar, aprender a ser, aprender a trabalhar e, aprender a cooperar.
- b) Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, aprender a ser.
- c) Aprender a trabalhar juntos, aprender a conviver, aprender a organizar, aprender a fazer.
- d) Aprender a aprender, aprender a competir com respeito, aprender a trabalhar juntos, aprender a ser.

4.



A ilustração acima corresponde ao conceito de:

- a) mobilidade.
- b) igualdade.
- c) alteridade.
- d) equidade.

5. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de Língua Estrangeira apontam que o distanciamento proporcionado pelo envolvimento do aluno no uso de uma língua diferente o ajuda a aumentar sua autopercepção como ser humano e cidadão. Ao entender o outro e sua alteridade, pela aprendizagem de uma língua estrangeira, ele aprende mais sobre si mesmo e sobre um mundo plural, marcado por valores culturais diferentes e maneiras diversas de organização política e social.

Nesse contexto, pode-se definir corretamente alteridade como:

- a) Os fatores sociais que caracterizam a vida de outras pessoas em comunidades onde as línguas estrangeiras são usadas como línguas maternas, línguas oficiais e ainda como línguas estrangeiras.
- b) Os espaços sociais (lar, escola, clube etc.) orientados por práticas sociais específicas de construção de significado os quais se participa.
- c) O desenvolvimento da capacidade de agir no mundo por meio da palavra em língua estrangeira nas várias habilidades comunicativas.
- d) O domínio da capacidade que possibilita as pessoas se comunicarem umas com as outras por meio do texto escrito ou oral.

6. *Durkheim* considera que as normas e os padrões sociais determinam as condutas individuais, ou seja, esse conjunto de relações sociais é o que confere a cada sociedade seu caráter único e específico. Para chegar a essa conclusão, ele escreveu uma teoria de desenvolvimento das sociedades em que elabora um modelo de análise sociológica que estabelece a distinção entre duas formas de socialização: a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica.

A solidariedade social para *Durkheim* se daria pela consciência coletiva, pois essa seria responsável pela coesão (ligação) entre as pessoas e, sendo assim,

- a) nas sociedades ditas orgânicas, as crenças e os valores seriam mais rígidos e qualquer tipo de infração geraria uma violenta sanção.
- b) nas sociedades mais simples, a solidariedade mecânica seria predominante, pois essas se caracterizam, entre outras coisas, por um baixo nível de divisão de trabalho.
- c) tanto na solidariedade mecânica quanto na solidariedade orgânica, a especialização do trabalho é fraca diante das desigualdades sociais.
- d) segundo o autor, as primeiras sociedades teriam sido marcadas pela solidariedade orgânica, ou seja, com um processo de diferenciação mais intenso.

7. A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo inclusão/exclusão uma vez que os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Assim, a exclusão tem apresentado características comuns, que pressupõem a seleção e naturalizam o fracasso escolar, sob formas distintas, nos processos de:

- a) integração e inclusão.
- b) exclusão e inclusão.
- c) segregação e inclusão.
- d) segregação e integração.

8. A Declaração de Salamanca é um documento internacional que apresenta proposições sobre:

- a) Propostas de educação em Direitos Humanos.
- b) Orientações de Educação para o trabalho coletivo e sustentável.
- c) Perspectivas para uma educação inclusiva.
- d) Propostas para uma Educação inovadora para o século XXI.

9. O conceito de educação inclusiva surgiu a partir de 1994, com a Declaração de Salamanca. A ideia da educação inclusiva é que as crianças com necessidades educativas especiais sejam incluídas em:

- a) quaisquer escolas de ensino regular.
- b) apenas institutos de atendimentos especiais.
- c) somente escolas específicas para crianças com deficiências.
- d) quaisquer unidades de atendimento para educação especial.

10. As opções a seguir apresentam características de escolas com um Projeto de Educação Inclusiva, à **EXCEÇÃO** de uma. Assinale-a.

- a) Possuem atitudes de aceitação e valorização da diversidade por parte da comunidade educacional.
- b) Estabelecem critérios e procedimentos de avaliação e promoção únicos e iguais a todos.
- c) Desenvolvem uma cultura de apoio e colaboração entre pais, professores e alunos.
- d) Estabelecem uma relação de colaboração com outros setores da comunidade.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO À DIVERSIDADE**GABARITO**

1. D
2. C
3. B
4. D
5. A
6. B
7. D
8. C
9. A
10. B